



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

## MANDATO 2025-2029

### ATA N.º 2

#### 2.ª REUNIÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

#### SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO

29 DE DEZEMBRO DE 2025

Pelas vinte horas e trinta minutos do vigésimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, em sessão ordinária, nas instalações da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, sitas na Rua António Saúde, 13, em Lisboa. -----

----- *Estiveram presentes:* -----

**PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA** -----

Manuel Maria Carrinho Casaca Montañó Muacho -----

Vítor Manuel de Rosa Formigal Navalho -----

Ana Maria da Mota Monteiro -----

Luís Miguel Cardoso de Sousa Correia -----

Luís Paulo Teixeira Pereira Borges -----

Ana Sofia de Oliveira Branco -----

**CDS – PP** -----

Luís Carlos Vaz Ribeiro -----

Afonso João Moreira de Almeida -----

**PS – PARTIDO SOCIALISTA** -----

Hélio Gonçalo Torres Vieira Bernardo Lopes -----

Mécia do Carmo Câmara Mendonça -----

Carlos Alberto Marques -----

Ana Cláudia Fernandes Ramos -----

**INICIATIVA LIBERAL** -----

Francisco de Freitas Vilar Morais -----

Luís Miguel da Silva Simões Martins -----

**CHEGA** -----

António José Silvino Costa -----

**LIVRE** -----

Ana Luísa Reis Natário -----

**BE – BLOCO DE ESQUERDA** -----

Ana Margarida Neto Gomes -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

**PCP – PARTIDO COMUNISTA PORTUGÊS** -----

Helena Maria Caetano da Silva Damas Barros -----

----- *Pedidos de substituição:* -----

**BE – BLOCO DE ESQUERDA** -----

João Manuel Neto Gomes -----

----- *Faltas:* -----

**PS – PARTIDO SOCIALISTA** -----

Vítor Manuel Antunes Firmo -----

----- O **Presidente da Mesa** da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, Luís Vaz Ribeiro, passados que foram os quinze minutos de tolerância do regimento, deu início à sessão, cumprimentando todos os presentes, e passando a ler a ordem de trabalhos que foi afixada por Edital: -----

**Ponto 1.** Período para intervenção e esclarecimento ao público (PIEP); -----

**Ponto 2.** Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD); -----

**Ponto 3.** Aprovar a Ata n.º 36, relativa à Sessão Ordinária de setembro do Mandato 2021/2025, realizada a 17/09/2025; -----

**Ponto 4.** Aprovar a ata do ato de instalação e a ata da 1.ª reunião de funcionamento realizados a 30/10/2025;

**Ponto 5.** Verificar a conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a tempo inteiro do Presidente da Junta de Freguesia; -----

**Ponto 6.** Aprovar as Opções do Plano e proposta de Orçamento e Plano Orçamental Plurianual para o ano de 2026 (Proposta n.º 15/JFSDB/2025); -----

**Ponto 7.** Deliberar sobre a autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais (Proposta n.º 6/JFSDB/2025); -----

**Ponto 8.** Aprovar o Mapa de Pessoal dos serviços da Freguesia para o ano de 2026 (Proposta n.º 16/JFSDB/2025); -----

**Ponto 9.** Autorizar a celebração de Protocolo de Cooperação entre a Freguesia de São Domingos de Benfica e a ANIMALIFE para a execução do Projeto “Street Vet – Vet na Rua”, no âmbito das medidas de promoção do Bem-Estar Animal na Freguesia (Proposta n.º 19/JFSDB/2025); -----

**Ponto 10.** Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia – 4.º Trimestre de 2025. -----

**1. Período para intervenção e esclarecimento ao público (PIEP).** -----

O **Presidente da Mesa** abriu as inscrições para o presente período de intervenção do público, tendo-se registado cinco (5) pedidos de: Tiago Jordão, João Ferreira, João Xavier, Acácio Migas e Augusto Ribeiro. -----

O munícipe **Tiago Jordão** falou em representação da Associação Cultural Artéria e de todas as pessoas da freguesia que têm participado no desenvolvimento do Projeto “Fazer parte para não esquecer”, cujo objetivo é a criação de uma obra de arte pública, participativa, para assinalar a existência da Escola Técnica da PIDE, de modo que não se perca a memória de uma instituição que foi fundamental para a máquina da ditadura. Explicou que este projeto se iniciou há sensivelmente um ano, sendo que desde então decorreram várias



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

sessões participativas com a população, para recolha de testemunhos e de ideias, tendo sido posteriormente efetuada uma votação pública para escolha da maquete definitiva, que consiste numa série de figuras em metal, feitas a partir das silhuetas das pessoas que participaram neste projeto, com uma estrutura em betão à frente, que pretende representar o muro caído da Escola Técnica da PIDE. Além disso, perspetiva-se que aquele espaço possa tornar-se palco de intervenção democrática, mais ou menos espontânea. Assim, e em nome de toda a equipa que tem colaborado neste projeto, agradeceu à Junta de Freguesia todo o apoio logístico que tem dado às sessões participativas, bem como na divulgação nas suas redes sociais, o que tem feito com que mais pessoas adiram. Deixou o repto para que o órgão executivo da Freguesia possa equacionar a integração de uma verba no Orçamento para 2026 para apoiar financeiramente a concretização da mencionada obra de arte participativa, que tem um custo estimado na ordem dos 25 000,00 €. No caso de a Junta de Freguesia considerar ser inexequível a atribuição deste apoio financeiro, apelou a que, pelo menos, se possa manter como parceira, estabelecendo uma ponte com outras entidades, como a Câmara Municipal de Lisboa, que possam apoiar financeiramente este projeto e esta obra de arte que invoca a memória e fica como lembrança de uma importante participação popular. -----

O munícipe **João Ferreira**, intervindo em nome da Juventude Socialista de Carnide, Benfica e São Domingos de Benfica, colocou uma série de questões ao órgão executivo da Freguesia, começando desde logo por referenciar ter feito uma pesquisa prévia no portal Base.Gov, concluindo que entre outubro de 2021 e junho de 2025, foram publicados nesta plataforma, pela Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, trezentos e oitenta e oito contratos acima dos 10 000,00 €, dos quais apenas quatro foram a concurso público, uma percentagem ínfima. Neste cenário, questionou por que razão a Junta de Freguesia recorre tanto a ajustes diretos e a consultas prévias, e não evidencia uma maior confiança nos fornecedores no mercado português. Assinalando aquilo que considera ser uma falta de transparência na apresentação dos relatórios de contas, indicou que o *site* da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica não é suficientemente claro e explícito na procura desta informação, sendo que as imagens e gráficos constantes dos mencionados relatórios também não são legíveis, dificultando uma análise real da administração da Junta de Freguesia. Perante este facto, perguntou se o Executivo pretende introduzir novas práticas para uma maior transparência nestes documentos que são fundamentais para o funcionamento da democracia. Criticou a esparsa iluminação de Natal nas ruas da freguesia, referindo que a Junta de Freguesia, pela situação financeira que detém, poderia ter ido muito mais além neste investimento. Depois, reclamou sobre a falta de espaços adequados para os estudantes e juventude, e sobre o redutor horário de funcionamento do Espaço Grandella, deixando o apelo para que este horário possa ser alargado durante a época de exames dos estudantes da freguesia. Chamou a atenção para as sistemáticas falhas verificadas nos painéis da Carris, questionando quais as diligências que a Junta de Freguesia tem tomado junto da empresa com vista à reposição da normalidade. Seguidamente, manifestou a sua preocupação com a escalada dos preços da habitação, sendo que desde 2018 o preço por metro quadrado aumentou cerca de 35%, o que se traduz num custo substancial para os jovens, sobretudo aqueles de menores recursos que querem iniciar uma vida independente. Neste contexto, questionou que tipo de iniciativas está a



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Junta de Freguesia a ponderar ou a implementar para fomentar a habitação social pública, com o objetivo de mitigar os impactos deste aumento de preços. Por fim, abordou um problema crónico da Freguesia de São Domingos de Benfica, a escassez de estacionamento, pelo que aproveitou a oportunidade para questionar como está a ligação entre a Junta de Freguesia e a EMEL, e que pressões estão a ser feitas para que a EMEL invista mais recursos na construção de estacionamentos públicos do que propriamente na aplicação de coimas aos moradores. -----

O munícipe **João Xavier**, abordando igualmente o projeto que remete para uma obra de arte pública sobre a Escola Técnica da PIDE, em Sete Rios, recordou que quando tinha catorze anos, teve a oportunidade de assistir aos eventos que marcaram o dia 27 de abril de 1974, com o Movimento das Forças Armadas a ocupar as instalações desta escola, tendo presenciado ao vivo a vitória da liberdade, da civilidade e da democracia sobre a barbárie e o medo encerrados na ação da polícia política. Por forma a preservar esta memória coletiva, enalteceu a iniciativa do Atelier Artéria, de prossecução de execução de uma obra de arte participada pela comunidade em cada um dos seus estágios de construção. Revelando ter-se identificado muito com este projeto, deixou uma nota de sensibilização para a importância de deixar bem marcada para as gerações vindouras a memória de um passado cuja história, infelizmente, tem vindo a ser desvalorizada, e até mesmo falsificada. -----

O munícipe **Acácio Migas** dirigiu uma primeira palavra ao novo Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, na expectativa de que este esteja ciente da importância do lugar que ocupa, em representação dos fregueses de São Domingos de Benfica. Parabenizando o Executivo pela vitória esmagadora nas eleições autárquicas, deixou algumas críticas à organização da cerimónia de tomada de posse, nomeadamente a ausência do anterior Presidente da Mesa da Assembleia, que deveria ter sido o responsável pela apresentação da nova composição do Executivo, bem como o serviço de *catering*, sugerindo que deveriam ter sido também distribuídas garrafas de água pelos presentes. Projetando desde já aquilo que possa ser a ação do Executivo neste novo mandato, deixou o apelo no sentido de um olhar mais atento para as potencialidades do Mercado de São Domingos de Benfica, com condições excelentes para promover outro tipo de dinâmicas. No capítulo da ação social, assinalou ser crescente o número de pessoas a pedir comida às portas dos supermercados, pelo que argumentou que o trabalho das equipas nesta área tão sensível não se pode cingir aos gabinetes, mas tem de ir ao encontro das reais necessidades dos cidadãos mais vulneráveis e carenciados. Indagou se existe algum projeto para a dinamização do quiosque de Sete Rios, encerrado há cerca de dois anos. Como nota final, referiu que após a realização das eleições autárquicas, todas as forças políticas procederam à retirada ordeira dos seus respetivos cartazes, exceção feita ao Partido Chega, cujos cartazes ficaram espalhados. Vincou que esta sua chamada de atenção nada tem a ver com o Partido em si, mas visa tão somente a manutenção de um cenário mais limpo na freguesia. -----

O munícipe **Augusto Ribeiro** começou por entregar simbolicamente ao Presidente da Junta de Freguesia um pedaço do cepo que ainda se encontra no Bairro de Palma, com o intuito de que este seja reencaminhado para o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, como lembrete de um compromisso que está há mais de seis



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

meses para ser honrado. Alertou que o parque de estacionamento continua sem iluminação pública, pelo que questionou se o assunto foi devidamente tratado com a E-Redes. Lamentou a absoluta ausência de policiamento de proximidade no Bairro de Palma, chamando a atenção para um acontecimento recente, envolvendo cerca de setenta jovens estudantes que causaram alguns distúrbios, sendo que a polícia, após ter sido chamada, demorou cerca de uma hora e meia a chegar. Depois, recordou que desde 2017 tem vindo a solicitar a colocação de uma placa na Travessa de Palma, que restrinja o estacionamento existente para uso exclusivo dos moradores. Partilhou a sua preocupação com a obsoleta rede pública de esgotos no Bairro de Palma, passível inclusivamente de colocar em causa a sustentabilidade do edificado, em situação de catástrofe. Comentando as intervenções anteriores, referiu que os estudantes reclamam do preço da habitação, mas são aqueles que mais esbanjam recursos nos cafés e em viagens, e manifestou-se liminarmente contra a utilização de dinheiros públicos para a edificação de um monumento à PIDE. -----

Para resposta às intervenções dos munícipes, tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que começando por responder ao munícipe *Tiago Jordão*, salientou que a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica tem dado todo o apoio logístico possível ao desenvolvimento do projeto comunitário do Atelier Arteria, embora o custo estimado de concretização da obra de arte projetada seja demasiado elevado para integrar na plenitude no Orçamento da Junta de Freguesia, pelo que sugeriu que eventualmente possam ser contactadas outras entidades, por forma a garantir contributos que permitam chegar ao valor almejado. Respondendo ao munícipe *João Ferreira*, e ressaltando o esforço que o Executivo tem feito em prol da transparência nos procedimentos, comprometeu-se a responder por escrito às questões relacionadas com a contratação pública e relatórios de contas. No que respeita à iluminação de Natal, informou que após as eleições autárquicas, a Junta de Freguesia recebeu uma comunicação da parte da União de Comerciantes, dando conta da sua indisponibilidade para apoiar as iluminações de Natal. Perante este cenário em que a Junta de Freguesia foi apanhada algo desprevenida, ainda assim fez tudo o que estava ao seu alcance para garantir iluminação festiva adequada. Assinalou que a escassez de espaços adequados, quer para os mais jovens, quer para outras faixas etárias, é um dos problemas mais flagrantes com que a Junta de Freguesia se debate. Alertando que o alargamento de horário de funcionamento de um equipamento público obriga a uma gestão diferenciada de recursos humanos, comprometeu-se a ponderar a sugestão deixada pelo munícipe, no que concerne ao horário de funcionamento do Espaço Grandella. Assegurou que continuarão a ser tomadas diligências junto da Carris para a normalização dos seus painéis, embora ressaltando que nem sempre é fácil para uma Junta de Freguesia fazer chegar as suas legítimas reivindicações às instituições governamentais e outras. No capítulo da habitação, informou estarem em obra, na Estrada de Benfica, vinte e sete apartamentos para renda acessível, e acrescentou que seria de todo oportuno que fosse desbloqueada a situação dos edifícios do Ministério da Defesa, o que permitiria alavancar sobremaneira a oferta de habitação com renda acessível na freguesia. Passando para a intervenção do munícipe *Acácio Migas*, principiou por justificar a ausência do anterior Presidente da Mesa da Assembleia na cerimónia de tomada de posse, visto que estava a ser submetido a uma intervenção cirúrgica. Enfatizou as dinâmicas que têm sido levadas a cabo no Mercado



de São Domingos de Benfica, apontando como exemplo relevante a realização do Mercado de Natal. Destacou o trabalho notável, embora por vezes menos visível, das equipas adstritas à ação social, que vão ao encontro das pessoas mais necessitadas. Chamou ainda a atenção para um banco alimentar que apoia diariamente dezenas de famílias. Referiu também que alguns sem-abrigo identificados no território não são efetivamente da Freguesia de São Domingos de Benfica. Informou estar previsto o lançamento de um novo concurso para a concessão do quiosque de Sete Rios. Relativamente à intervenção do munícipe *Augusto Ribeiro*, garantiu que continuará a ser exercida pressão sobre a E-Redes para colocação de iluminação pública no referido parque de estacionamento. Revelou que têm sido constantes as solicitações por mais policiamento no Bairro de Palma, sendo que a resposta do Estado Central tem apontado invariavelmente para uma escassez de efetivos das forças de segurança. Em relação ao problema de estacionamento e à eventual colocação de uma placa para estacionamento exclusivo de moradores, indicou que reencaminhará esta informação para Direção de Mobilidade da Câmara Municipal de Lisboa, o mesmo referente ao problema associado à rede pública de saneamento. -----

## 2. Período de antes da ordem do dia (PAOD). -----

Toma a palavra o **Presidente da Mesa**, que no referente a uma proposta submetida pela Bancada do PCP, para constituição de uma comissão para revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia, revelou ter solicitado um parecer jurídico, cujo teor veio no sentido de que tal proposta não deverá ser discutida no período de antes da ordem do dia, mas deverá ser agendada na ordem de trabalhos da próxima sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, mediante pedido formalizado pelo respetivo proponente. Acrescentou que caso a Bancada do PCP altere o carácter formal da proposta para uma recomendação à Mesa, a mesma poderá ser admitida para discussão neste período, com a anuência do plenário. -----

Com a anuência da Bancada do PCP, a **admissão da recomendação** à Mesa para constituição de uma comissão para revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia foi colocada à consideração do plenário, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que apresentou os documentos submetidos pela Bancada do Partido Comunista Português à Mesa da Assembleia de Freguesia, e que se encontram discriminados na fase da respetiva votação. Estes documentos encontram-se anexados à presente Ata. -----

Toma a palavra **Ana Natário**, do LIVRE, que apresentou os documentos submetidos pela Bancada do LIVRE à Mesa da Assembleia de Freguesia, e que se encontram discriminados na fase da respetiva votação. Estes documentos encontram-se anexados à presente Ata. -----

Não havendo intervenções por parte do plenário, o **Presidente da Mesa** passou de imediato à votação dos quatro (4) documentos apresentados neste ponto da ordem de trabalhos, os quais se anexam à presente ata, e cujos resultados são seguidamente discriminados. -----

1 – **Voto de Saudação 2/1** “Fazer parte para não esquecer – obra de arte pública participativa Escola Técnica da PIDE” (PCP), **aprovado por maioria** (*abstenção do CHEGA, e votos favoráveis das restantes forças políticas*); 2 – **Moção 2/1** “Pela instalação e funcionamento urgente dos contentores monobloco na Escola



Básica 2/3 Professor Delfim Santos" (LIVRE), **aprovada por unanimidade**; 3 – **Moção 2/2** "Pela defesa do património público e da habitação a valores acessíveis à população de São Domingos de Benfica" (LIVRE), **deliberado por pontos**: Ponto 1, **rejeitado** (onze votos contra do PSD, CDS-PP, IL e CHEGA, e sete votos a favor do PS, LIVRE, PCP e BE); Ponto 2, **aprovado por unanimidade**; Ponto 3, **rejeitado** (onze votos contra do PSD, CDS-PP, IL e CHEGA, e sete votos a favor do PS, LIVRE, PCP e BE); Ponto 4, **aprovado por unanimidade**; Ponto 5, **aprovado por maioria** (dezassete votos a favor, e um voto contra da eleita Ana Sofia Branco do PSD); Ponto 6, **aprovado por maioria** (dezasseis votos a favor, um voto contra do PSD, e uma abstenção do PSD); 4 – **Recomendação 2/1** "Constituição da Comissão para a Revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica" (PCP), **aprovada por unanimidade**. -----

**3. Aprovar a Ata n.º 36, relativa à Sessão Ordinária de setembro do Mandato 2021/2025, realizada a 17/09/2025.** -----

Não havendo intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a **Ata n.º 36**, relativa à Sessão Ordinária de setembro do Mandato 2021/2025, realizada a 17/09/2025, **aprovada por unanimidade dos membros presentes na referida sessão** – Helena Barros (PCP), Gonçalo Lopes (PS), Carlos Marques (PS), Vítor Navalho (PSD) . -----

**4. Aprovar a ata do ato de instalação e a ata da 1.ª reunião de funcionamento realizados a 30/10/2025.** -

Não havendo intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a **Ata do ato de instalação e da 1.ª reunião de funcionamento**, realizados a 30/10/2025, **aprovada por unanimidade dos membros presentes na referida sessão**. -----

**5. Verificar a conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a tempo inteiro do Presidente da Junta de Freguesia.** -----

Cumpridos os normativos legais. -----

**6. Aprovar as Opções do Plano e proposta de Orçamento e Plano Orçamental Plurianual para o ano de 2026 (Proposta n.º 15/JFSDB/2025).** -----

Para apresentação deste ponto, toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, Tesoureiro da Junta de Freguesia, que começou por declarar ser com profunda honra, emoção e sentido de responsabilidade cívica que se apresenta perante a Assembleia de Freguesia como Tesoureiro da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, um cargo que assume com a firme convicção de que a gestão do erário público é um ato de serviço à comunidade, exigindo transparência absoluta, rigor ético inabalável e competência técnica irrepreensível. Comprometeu-se, nos próximos quatro anos, a introduzir métodos financeiros e administrativos modernos, eficientes e inovadores, sempre ao serviço dos fregueses, das famílias, dos comerciantes, das instituições e das associações, num caminho coletivo que se pretende que comece exatamente com a aprovação dos documentos previsionais para 2026. Apesar do prazo extremamente curto de que o Executivo dispôs para a elaboração do Orçamento, a equipa que lidera trabalhou com dedicação e profissionalismo para entregar um Orçamento realista, equilibrado e tecnicamente sólido, em que as receitas projetadas traçam com prudência um limite responsável da despesa possível. Assim, o documento em apreço incorpora planeamento estratégico



rigoroso, previsão fundamentada e mecanismos de acompanhamento que garantem uma execução transparente e eficaz. É, acima de tudo, um Orçamento que reflete visão, responsabilidade e respeito pelo dinheiro dos contribuintes de São Domingos de Benfica e pelo programa eleitoral sufragado nas últimas eleições autárquicas. Apelando com confiança e determinação a uma análise cuidadosa e à aprovação dos documentos previsionais, sublinhou que a Freguesia de São Domingos de Benfica não pode parar, e que precisa de estabilidade financeira, capacidade de investimento e resposta pronta às necessidades dos fregueses, acrescentando que só com responsabilidade orçamental será possível construir uma São Domingos de Benfica mais justa, mais dinâmica e mais próxima das pessoas, um caminho que deverá ser trilhado em conjunto, com cooperação entre o Executivo da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia e os fregueses, com diálogo e um compromisso claro com o bem comum da freguesia. Ressalvando o estrito cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, com as reuniões prévias que foram feitas com as forças políticas aquando da elaboração do Orçamento, colocou-se à inteira disposição da Assembleia para prestar os esclarecimentos tidos como necessários. -----

Aberta a discussão sobre este ponto, toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que começou por abordar a temática do espaço público, assinalando um conjunto de intervenções que não se encontram convenientemente calendarizadas ou com prazo de execução definido, nada se dizendo acerca da requalificação do espaço público das Furnas ou da beneficiação de passadeiras, que exige um planeamento mais extensivo. Apontou a necessidade de se promover uma verdadeira renovação dos parques infantis, ponderando-se a possibilidade de instalação de sanitários públicos que possam servir estes equipamentos. No referente à Estrada de Benfica, sublinhou a importância da sua requalificação, de modo que se torne um espaço mais acolhedor para quem lá mora, trabalha ou passeia, eventualmente com a plantação de mais árvores e com a instalação de bancos, pontos de água e iluminação pública. Também sugeriu a colocação de um WC público no Parque da Alfarrobeira. Em relação aos espaços verdes, adiantou que ficaria menos dispendioso para a Junta de Freguesia recrutar trabalhadores em funções públicas para proceder à sua manutenção do que o lançamento de concurso público para contratação de serviços externos nesta área. Depois, questionou se existe algum estudo elaborado no referente à área do turismo na Freguesia de São Domingos de Benfica, ou algum relatório através do qual seja possível aferir as dinâmicas turísticas e o seu impacto no território, em termos do número de visitantes. Na área da educação, não são mencionadas obras nos estabelecimentos de ensino, nem a melhoria da qualidade das refeições escolares, nem a colocação de um toldo na Escola Frei Luís de Sousa, conforme solicitado para conforto das crianças. Na expectativa de que o Orçamento Participativo possa finalmente ser uma realidade em 2026, salientou a importância de se proceder a uma divulgação adequada deste projeto, por forma a fomentar a participação cívica. Chamou a atenção para o facto de o apoio financeiro que a Junta de Freguesia pretende conceder ao movimento associativo local representar apenas 18% da verba que é adstrita à rubrica de comunicação, desconhecendo-se igualmente qualquer apoio que se pretenda atribuir ao comércio local. Também não são feitas referências relevantes ao Mercado de São Domingos de Benfica, ao Centro João das Regras ou às antigas instalações da Junta de Freguesia. Concluindo



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

a sua intervenção, declarou que o Plano de Atividades em apreço fica muito aquém das expetativas, revelando falta de ambição por parte do Executivo. -----

Toma a palavra **Ana Natário**, do LIVRE, que começou por ressaltar não ter sido tarefa fácil perceber a forma como o Executivo estruturou o Orçamento que se submete à apreciação da Assembleia de Freguesia, uma vez que o grande enfoque é dado à conclusão de contratos de delegação de competências, mas sem uma definição clara quanto a esta execução. No capítulo da despesa, observa-se uma verba de quase 3 600 000,00 € adstrita a bens e serviços, pelo que questionou quais as áreas em que esta contratação externa de recursos especializados é mais significativa. Paralelamente, assinalou que se continua a registar um valor elevado para avenças e prestações de serviços, enquanto se perspetiva um reforço substancial do quadro de pessoal. Nesta área específica, questionou quais os serviços em que estas avenças adquirem maior expressão, e qual a perspetiva da Junta de Freguesia em relação à anunciada intenção da Câmara Municipal de Lisboa de avançar para uma reestruturação interna do serviço de limpeza e higiene urbana. -----

Toma a palavra **Afonso Almeida**, do CDS-PP, que em nome da sua Bancada, assumiu publicamente o compromisso de defesa intransigente dos interesses dos fregueses de São Domingos de Benfica e de disponibilidade para acolher todos os contributos que possam enriquecer uma freguesia cada vez mais direcionada para as pessoas e para o bem comum. Saudou o Executivo da Junta de Freguesia pela apresentação da proposta de Orçamento para 2026, enaltecendo a circunstância de esta deixar antever desde já uma clara preocupação com vários dos problemas que foram abordados e suscitados pelo eleitorado de São Domingos de Benfica em plena campanha eleitoral, sobretudo nas vertentes da higiene urbana e de soluções para o espaço público, áreas claramente prioritárias para a Junta de Freguesia. Antecipando já a discussão do ponto seguinte da ordem de trabalhos, questionou de que forma e com que critérios foi calculado o valor, próximo dos 100 000,00 €, para autorização prévia e genérica para assunção de encargos plurianuais não previstos nos planos aprovados. Por outro lado, indagou do Executivo qual a relevância e prioridade que serão dadas à cultura e à memória histórica, e ao turismo, como forma de promover a atratividade da freguesia e desenvolver a economia e o comércio local. Mais questionou de que forma prevê o Executivo salvaguardar e promover o vasto património da Freguesia de São Domingos de Benfica – com destaque para vários parques e jardins, palácios de interesse nacional, ou o túmulo de João das Regras, pontos de interesse relevante que podem potenciar o turismo e a economia local. -----

Para resposta às intervenções dos membros da Assembleia, toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que começando por responder à eleita do PCP, revelou não poder apontar uma data para a realização da intervenção prevista na zona das Furnas. No entanto, no que respeita à beneficiação de passeadeiras, explicou tratar-se de um trabalho constante, em vários pontos da freguesia, não deixando de salientar, porém, que as competências da Junta de Freguesia neste domínio se cingem à repintura, e não à criação de novas passeadeiras. Informou que com a aprovação do Orçamento para 2026, prevê-se a reabilitação de quinze parques infantis. Ressaltou, porém, ser algo utópica a ideia de dotar cada um destes equipamentos de sanitários públicos, por tudo o que isto implicaria em termos de gestão, funcionamento e alocação de



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

recursos humanos, adiantando, no entanto, que irá avançar a instalação de um WC público na Quinta da Alfarrobeira. Comungou da importância de ter um olhar diferenciado relativamente à requalificação da Estrada de Benfica, de modo a tornar o local mais aprazível. Respondendo ao eleito do CDS-PP, realçou que toda a vertente turística, que inclui a promoção dos vários pontos de interesse da freguesia, é uma área que está a ser muito bem trabalhada pela Vogal Ana Lúcia, com especial enfoque na criação de um pacote turístico, em articulação com agências de viagens e outros agentes do setor, que também concorra para alavancar o consumo no comércio local. Quanto à requalificação do parque escolar, indicou tratar-se de uma competência da Câmara Municipal de Lisboa, embora se tenha comprometido a analisar internamente a possibilidade de instalação do mencionado todo na Escola Frei Luís de Sousa. Salientou que o *feedback* relativamente às refeições escolares servidas tem sido manifestamente positivo, tanto por parte das associações de pais, como do Agrupamento de Escolas, pelo que se considera claramente satisfatório e benéfico o investimento feito nesta área. Recordou que o projeto para o Mercado de São Domingos de Benfica foi rejeitado pela Assembleia de Freguesia no mandato anterior, pelo que as respetivas verbas tiveram de ser alocadas à higiene urbana, sob pena de as mesmas serem desperdiçadas. No entanto, no âmbito da negociação de um novo contrato de delegação de competências de mandato, será novamente abordada a questão do mercado, para finalmente se poder avançar com um projeto que já se encontra finalizado. Sobre a funcionalidade a ser atribuída às antigas instalações da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, revelou que dos contactos que tem mantido com as chefias da polícia já deu para perceber que está em causa uma questão política. Acrescentou ser imperativo que haja uma pronúncia definitiva acerca da possibilidade de instalação de uma esquadra em São Domingos de Benfica, sendo que caso esta alternativa seja liminarmente rejeitada, será importante que o edifício reverta para a Junta de Freguesia, para que esta o possa colocar ao serviço dos fregueses, com determinadas valências. Passando a responder à eleita do Livre, explicou que o normal funcionamento da Junta de Freguesia está sempre dependente da contratação de serviços em regime de avença em determinadas áreas, face à impossibilidade de integrar todos os trabalhadores no quadro de pessoal, atendendo às atividades abrangidas pelos contratos de delegação de competências, com vigência temporal limitada. Sublinhou, no entanto, que em 2026 a Junta de Freguesia irá dar continuidade aos esforços encetados para robustecimento do quadro de pessoal da autarquia, naquilo que configura um sinal muito positivo para a melhoria das condições laborais. Relativamente à reestruturação dos serviços camarários de higiene urbana, revelou que este é um tema que já foi discutido com a Vereação, e comprometeu-se a partilhar com a Assembleia de Freguesia todas as informações relevantes que venham a resultar deste diálogo institucional. Indo novamente ao encontro da intervenção do eleito do CDS-PP, destacou o forte investimento em três áreas estruturantes, delineadas como prioritárias pela Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, a saber, o espaço público, os espaços verdes e a limpeza e higiene urbana. Na área da cultura, manter-se-á o desiderato de levar várias manifestações culturais aos fregueses, salientando o muito que tem sido feito nesta área, nos últimos anos, mesmo com poucos recursos financeiros. Aditou que se perspetiva que a oferta cultural venha a ser enriquecida com a inauguração do Polivalente do Calhau, onde já foi apresentado um espetáculo musical



de extraordinária qualidade. Por fim, quanto à promoção do património da freguesia, assegurou que esta é uma área fundamental, que continuará a ser adequadamente trabalhada pela Vogal Cristina Pereira. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de aprovação das **Opções do Plano, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual** para o ano de 2026 **aprovada por maioria** (*votos favoráveis do PSD, CDS-PP e IL, votos contra do PS, PCP, BE e LIVRE, e abstenção do CHEGA*). -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que apresentou uma **declaração de voto**, a qual foi posteriormente anexada à presente ata. -----

Toma a palavra **António Costa**, do CHEGA, que apresentou uma **declaração de voto**, através da qual referiu que a opção pela abstenção neste ponto assenta na impossibilidade do pleno exercício do Estatuto do Direito de Oposição na prestação de contributos para as Grandes Opções do Plano e Orçamento, algo em que o Partido Chega se sente penalizado, e na ausência de uma clara referência ao capítulo da segurança na presente proposta, o que não deixa de causar alguma estranheza. A este respeito, declarou que a posição programática assumida pelo Executivo da Junta de Freguesia conflitua com as orientações das forças políticas que representa, percebendo-se que a segurança é um tema cada vez mais valorizado pela população, e motivo de crescente preocupação. Referiu que nos últimos Censos publicados, a Freguesia de São Domingos de Benfica registava aproximadamente trinta e cinco mil habitantes, numa densidade populacional de aproximadamente oitocentos habitantes por metro quadrado. Presentemente, a população da freguesia está dependente e condicionada no seu auxílio, em termos de segurança, aos préstimos da 3.ª Esquadra da PSP de Benfica, situada junto à estação da CP, com os inerentes custos de prontidão no socorro, e limitações materiais e humanas próprias da instituição, fatores que contribuem para o aumento da vulnerabilidade do território perante fenómenos de alteração e prática criminal. Neste contexto, recordou que em 29 de junho de 2021 foi celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa, à data presidida pelo Dr. Fernando Medina, e o Ministério da Administração Interna, para a instalação da nova esquadra da PSP no edifício conhecido como Salão das Furnas, sendo que até à presente data não são conhecidos desenvolvimentos no que concerne à concretização desta promessa eleitoral, embora o seu anúncio permaneça no edifício, de forma cínica e insolente. Continuando, argumentou que na última década se tem assistido a um assinalável aumento demográfico na cidade de Lisboa, situação que corresponde a um acréscimo, não necessariamente proporcional, nos números da criminalidade praticada sobre pessoas e património, uma dura e preocupante realidade que é confirmada pela consulta de dados estatísticos divulgados por organismos públicos, como o Relatório RASI, ou outros dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística e pela Direção Geral de Política e Justiça. Da análise destes dados constata-se um incremento da criminalidade violenta, dos homicídios, violações, roubos e episódios de violência doméstica, além de novas práticas criminais importadas do exterior do país e instalação no território nacional de grupos estrangeiros de crime organizado. Acresce a estes registos, nos últimos anos, a redução alarmante do quadro de efetivos da PSP na cidade de Lisboa – cerca de oito mil efetivos em 2010, para cerca de seis mil e setecentos efetivos, em 2024 – com a agravante



das condições degradantes e paupérrimas em termos materiais e logísticos existentes para o exercício das funções destes efetivos, já para não falar nas suas remunerações e progressão na carreira. -----

Por parte das Bancadas do **Bloco de Esquerda, LIVRE e PS**, foram apresentadas **declarações de voto** por escrito, as quais foram posteriormente anexadas à presente ata. -----

**7. Deliberar sobre a autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais (Proposta n.º 6/JFSDB/2025).** -----

Toma a palavra **Luís Vieira da Silva**, Tesoureiro da Junta de Freguesia, que respondendo à questão anteriormente colocada pelo eleito do CDS-PP, esclareceu que o valor de 99 759,58 € é o valor máximo permitido por Lei para a aprovação prévia e genérica dos compromissos plurianuais, numa prática que é comum em todas as freguesias. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais **aprovada por maioria** (*votos favoráveis do PSD, CDS-PP, IL e CHEGA, votos contra do PCP, BE e LIVRE, e abstenções do PS*). -----

Toma a palavra **Afonso Almeida**, do CDS-PP, que apresentou uma **declaração de voto**, através da qual deixou um repto ao Executivo da Junta de Freguesia, no sentido de, não obstante a concessão desta autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, todos os contratos considerados relevantes serem submetidos individualmente à apreciação da Assembleia de Freguesia. -----

Por parte das Bancadas do **Bloco de Esquerda e LIVRE**, foram apresentadas **declarações de voto** por escrito, as quais foram posteriormente anexadas à presente ata. -----

**8. Aprovar o Mapa de Pessoal dos serviços da Freguesia para o ano de 2026 (Proposta n.º 16/JFSDB/2025).** -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que começou por chamar a atenção para valores muito similares entre aquilo que a Junta de Freguesia despende com pessoal na limpeza e higiene urbana, e os gastos em avançados e contratos com empresas externas para manutenção dos espaços públicos, pelo que se conclui que seria uma mais valia para a autarquia ter no seu quadro de pessoal profissionais habilitados para exercer estas funções, uma posição que o PCP sempre defendeu como fundamental para o combate à precariedade laboral. Também salientou que a perspetiva de criação de postos de trabalho na área da higiene urbana fica muito aquém das reais necessidades, atendendo à dimensão da freguesia e aos horários por turnos praticados por estes trabalhadores. Vincou que na área da educação também urge contrariar a manutenção de trabalhadores a recibos verdes, destacando que dos quarenta e cinco postos de trabalho previstos para a educação, trinta e cinco são com contrato a tempo incerto. -----

Toma a palavra **Ana Natário**, do LIVRE, que declarou ter ficado com sérias dúvidas acerca do número elevado de contratações previstas, no âmbito da criação de novos postos de trabalho, pelo que questionou qual o seguimento que vai ser dado a este processo, e qual o vínculo laboral atualmente em vigor para estes trabalhadores que prestam serviços à Junta de Freguesia em regime de recibos verdes. Atendendo igualmente ao número de postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal, perguntou como prevê a Junta de Freguesia



promover o recrutamento de recursos humanos, ao longo do próximo ano ou do corrente mandato. Indo ao encontro da intervenção da eleita do PCP, questionou os critérios subjacentes à diferenciação entre os trabalhadores afetos à área da educação, com contrato a termo incerto, e outros trabalhadores, adstritos a outras áreas, com contrato por tempo indeterminado. Por fim, indagou do Executivo se este pretende manter, ou reverter, a aposta na contratação de mais trabalhadores para o quadro, assumindo assim uma política de combate à precariedade. -----

Para resposta, toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que informou estar prevista a abertura gradual de procedimentos concursais para o provimento de lugares do Mapa de Pessoal, tanto na educação, como na higiene urbana, nos licenciamentos, e em várias outras áreas. -----

Toma a palavra **Beatriz Gonçalves**, Vogal da Junta de Freguesia, que em complemento, explicou que a diferença entre termo incerto e termo indeterminado, nos contratos de trabalho, reside na possibilidade de o vínculo laboral ser quebrado, no caso de haver uma cessação do contrato de delegação de competências, por extinção do respetivo posto de trabalho. Acrescentou que o Mapa de Pessoal contempla quarenta e oito vagas nas mais diversas áreas, que materializam exatamente um esforço para regularizar o vínculo laboral dos trabalhadores, nos vários serviços da Junta de Freguesia, de acordo com as possibilidades. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de **Mapa de Pessoal** dos serviços da Freguesia para o ano de 2026 **aprovada por maioria** (*votos favoráveis do PSD, CDS-PP e IL, voto contra do PCP, e abstenções do PS, BE, LIVRE e CHEGA*). -----

Por parte da Bancada do **LIVRE** foi apresentada uma **declaração de voto** por escrito, a qual foi posteriormente anexada à presente ata. -----

**9. Autorizar a celebração de Protocolo de Cooperação entre a Freguesia de São Domingos de Benfica e a ANIMALIFE para a execução do Projeto “Street Vet – Vet na Rua”, no âmbito das medidas de promoção do Bem-Estar Animal na Freguesia (Proposta n.º 19/JFSDB/2025).** -----

Toma a palavra **Ana Natário**, do **LIVRE**, que declarou que o protocolo com a ANIMALIFE parece globalmente adequado, respondendo a uma necessidade real da freguesia, num contexto em que se verifica um aumento das pessoas em situação de sem-abrigo ou forte vulnerabilidade social, sem os recursos financeiros para poder proporcionar aos seus animais de companhia as melhores condições. No entanto, tendo em consideração que o protocolo a ser celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa foi retirado da agenda de trabalhos de anterior sessão da Assembleia Municipal, e não tendo conhecimento de que o mesmo tenha voltado a ser apreciado ou deliberado, questionou se existe efetivamente base jurídica para a validação deste protocolo, atendendo a que o mesmo não terá sido aprovado pelos órgãos camarários, e o prazo do protocolo que anteriormente vigorava já expirou. Também questionou como foi efetuado o cálculo que resultou num valor de 1 500,00 € para um total de cinquenta animais. -----

Toma a palavra **Helena Barros**, do PCP, que anunciando de antemão o seu voto favorável na presente proposta, questionou se existe algum relatório que permita aferir quantas famílias foram beneficiadas e quantos



animais de companhia foram acompanhados no âmbito deste protocolo, sendo esta uma referência para avaliar convenientemente se o valor proposto será suficiente, ou se eventualmente carecerá de um reforço. -----

Para resposta, toma a palavra **Beatriz Gonçalves**, Vogal da Junta de Freguesia, que começando pela intervenção da eleita do PCP, comprometeu-se a remeter aos membros da Assembleia de Freguesia informação relevante acerca da execução deste protocolo, cujo valor proposto resulta de uma revisão que foi operada, para melhor adequar à realidade e necessidades da freguesia. Respondendo à questão colocada pela eleita do LIVRE, esclareceu que a implementação deste protocolo com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica não está dependente da aprovação de protocolo paralelo por parte da Câmara Municipal de Lisboa, embora se reconheça que este, em termos práticos, representa uma importante fonte de financiamento da ANIMALIFE, pelo que a situação continuará a ser acompanhada de perto pelas partes envolvidas. -----

Não havendo mais intervenções por parte do plenário, foi posto a votação o presente ponto, sendo a proposta de **celebração de protocolo de cooperação** entre a Freguesia de São Domingos de Benfica e a **ANIMALIFE aprovada por maioria** (*votos favoráveis do PSD, CDS-PP, CHEGA, PS, LIVRE, PCP e BE, e abstenção do IL*). -----

#### **10. Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia – 4.º Trimestre de 2025.** -----

Para apresentação deste ponto, toma a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia**, que começou por declarar que no último trimestre de 2025, a Junta de Freguesia manteve uma atuação consistente nos vários serviços, com especial enfoque na limpeza urbana, recuperação do espaço público e manutenção de espaços verdes. Foi também um trimestre marcado pela abertura de um novo equipamento ao serviço da população, o Polivalente do Calhau. Ao nível dos contratos de delegação de competências, foram concluídas várias intervenções, sendo que outras terão continuidade ao longo de 2026. Na ação social, a Junta de Freguesia manteve respostas sociais essenciais, com apoio alimentar regular a dezenas de famílias e projetos de proximidade dirigidos à população mais vulnerável. A este nível, destacou a realização do 1.º Encontro “Inovar no Envelhecimento”, que envolveu cerca de cento e vinte participantes, o Almoço de Natal “+55”, que contou com cerca de duzentos fregueses, e a dinamização do magusto no Mercado de São Domingos de Benfica. A Academia de São Domingos de Benfica iniciou o novo ano letivo com quinhentos e quarenta e oito alunos ativos e sessenta e nove disciplinas, assinalando os seus dez anos de funcionamento e afirmando-se como um projeto central no envelhecimento ativo na freguesia. Foi reforçada a atuação no que concerne ao bem-estar animal, com a melhoria das condições das colónias felinas e apoio a famílias com maiores dificuldades. No capítulo do comércio e eventos, foram promovidas ações para dinamização do comércio local, em particular no Mercado de São Domingos de Benfica, com eventos que registaram uma boa adesão. Também foram contabilizados setenta novos aderentes ao Cartão “+São Domingos de Benfica”. Na vertente cultural, destacou uma vez mais a recente inauguração do Polivalente do Calhau, um novo equipamento ao serviço da população, com capacidade para acolher eventos culturais, comunitários e institucionais. Deu nota da conclusão da requalificação do talude da Rua Cidade de Cádiz, estando em fase de conclusão intervenções relevantes na



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Avenida Columbano Bordalo Pinheiro e no Parque Bensaúde, onde vai nascer um campo de basquete. Paralelamente, foi iniciada a recuperação de quinze parques infantis em toda a freguesia. Nos domínios do espaço público, continua a ser uma clara prioridade da Junta de Freguesia providenciar uma resposta célere às solicitações, registando-se uma resposta efetiva a 80% das ocorrências reportadas durante o trimestre. Na higiene urbana, os números continuam a ser reflexo de um trabalho contínuo e exigente, com equipas a trabalhar em turnos que cobrem vinte e três horas por dia, todos os dias da semana, melhorando substancialmente a limpeza na freguesia, fruto de empenho diário das equipas e de um compromisso com uma freguesia mais cuidada. -----

----- Após leitura da **minuta da Ata**, foi colocada à consideração do plenário a aprovação em minuta das deliberações tomadas na presente sessão da Assembleia de Freguesia, a qual foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Pelas **vinte e três horas e quinze minutos**, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica deu por **encerrados os trabalhos**. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia -----

----- Luís Carlos Vaz Ribeiro -----

----- A 1.ª Secretária -----

----- Ana Maria da Mota Monteiro -----

----- O 2.º Secretário -----

----- Manuel Maria Carrinho Casaca Montañó Muacho -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA



V.2/1

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

**Voto de saudação**

**Fazer parte para não esquecer – obra de arte pública participativa  
Escola Técnica da PIDE**

Em Dezembro de 2023 foi aprovada pela Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica a recomendação do PCP para que, no âmbito da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, a Junta de Freguesia assinalasse a localização da Escola Técnica da PIDE em Sete Rios, após a conclusão das obras de requalificação que apagaram os vestígios deste edifício.

No sentido de realizar o “trabalho de valorização local do 25 de Abril, dando destaque à memória local, dos anos da ditadura fascista e da oposição democrática, da participação popular nas grandes conquistas da revolução, das transformações desenvolvidas pelo poder local democrático”, igualmente contido na recomendação, foi desenvolvido um projecto com a população para uma Obra de Arte Pública Participativa coordenado pela Associação Cultural Artéria em parceria com a Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa e o pelouro da Cultura da Junta de Freguesia São Domingos de Benfica, sob a consigna *Fazer parte para não esquecer*.

Ao longo dos últimos quase dois anos este projecto deu resposta ao nº2 alíneas b) e d) do artigo septuagésimo oitavo da Constituição da República Portuguesa:

**Artigo 78.º**

**Fruição e criação cultural**

2. Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais:

- b) Apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade;
- c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum; (...)

O projeto de intervenção artística desenvolveu uma abordagem de co-criação com moradores, artistas e investigadores académicos que abriu espaço a uma pluralidade democrática de vozes e à reconstrução crítica da memória colectiva naquele lugar onde existiu o edifício. Foram realizadas cerca de 5 sessões públicas, entre Novembro de 2024 e Abril de 2025, no espaço da Associação Cultural Artéria e na rua, envolvendo sempre novos participantes, de onde resultaram 11 propostas. Os projectos foram sujeitos a votação durante o mês de Setembro e o trabalho sobre a



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA



**Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfca**

obra mais votada tem continuado, com vista à sua materialização no decurso do ano de 2026.

Em 2026 celebramos os 50 anos da Constituição da República Portuguesa. Recordamos e afirmamos que com a promulgação da Constituição em 1976, o regime democrático passou de provisório a definitivo; todas as grandes conquistas da revolução não só foram consagradas constitucionalmente, como se tornou obrigatória a sua defesa para todos os poderes instituídos. Com a promulgação da Constituição, a liquidação do poder político e económico do fascismo tornou-se igualmente definitiva. O Poder Local, tal como a Constituição o estatui, é uma emanção e uma expressão directa da vontade popular, uma afirmação do carácter progressista e avançado do regime democrático resultante de Abril.

A prossecução do projecto *Fazer parte para não esquecer*, movido pela vontade da população de São Domingos de Benfca, com o apoio artístico e institucional que aqui se expôs, é o exemplo de que é possível repor o lugar da memória contra o esquecimento histórico do fascismo, e a sua conclusão nos 50 anos da Constituição da República Portuguesa não podia ser mais oportuna.

Assim, a eleita do PCP propõe que a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfca reunida no dia 29 de Dezembro de 2025, saúde a população de São Domingos de Benfca, o colectivo da Associação Cultural Artéria e o pelouro da Cultura da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfca pelo trabalho desenvolvido, envidando todos os esforços para a conclusão do projecto de obra de arte pública participativa.

Pede-se que o presente voto de saudação seja enviado para conhecimento às seguintes entidades: Associação Cultural Artéria, Junta de Freguesia de São Domingos de Benfca, União de Resistentes Antifascistas Portugueses, Associação 25 de Abril, Associação Conquistas da Revolução, Câmara Municipal de Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa e Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Lisboa, 29 de Dezembro de 2025

A eleita do PCP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfca

Helena Barros

*Aprovado por maioria*  
*(17F - 1A [CH])*



M. 2/1

**Moção n.º 1/2025**

**Pela instalação e funcionamento urgente dos contentores  
monobloco na Escola Básica 2/3 Professor Delfim Santos**

A Escola Básica 2/3 Professor Delfim Santos, localizada na freguesia de São Domingos de Benfica, tem graves deficiências ao nível do seu estado de conservação, que passam necessariamente pelo projecto e obras de reabilitação. Contudo, por falta de condições de segurança, impôs-se o encerramento parcial do Bloco F devido a problemas estruturais do pavimento. Na impossibilidade de garantir aulas de laboratório aos estudantes, a solução encontrada passa pela instalação de contentores monobloco provisórios no recinto escolar. Contudo, verificou-se no último ano a passagem de responsabilidade entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

Na 159.ª Reunião Plenária da Assembleia Municipal de Lisboa, a 4 de fevereiro de 2025, o Senhor Vereador Diogo Moura esclareceu que a responsabilidade pela colocação dos monoblocos é da DGEstE, sendo a intervenção de reabilitação da escola da responsabilidade do Estado Central. Acrescentou ainda que a autarquia não tinha recebido até à data qualquer verba transferida do Governo para financiar as obras previstas no quadro da descentralização de competências em matéria de educação, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Já na reunião pública descentralizada de 12 de fevereiro de 2025, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, confirmou que o Município se endividou em um milhão de euros para avançar com o projeto de reabilitação da escola, face à ausência de financiamento por parte do Estado Central, indicando ainda que a verba prevista para a requalificação das escolas seria de apenas metade do valor estimado pela autarquia.

Face a esta situação, o Grupo Parlamentar do LIVRE, colocou várias perguntas ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação, tendo recebido como resposta que, através da Direção de Serviços da Região de Lisboa e Vale do Tejo (DSRLVT), o Ministério tem acompanhado a situação, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, entidade que considera proprietária do edificado escolar. Segundo a resposta, encontram-se a ser desenvolvidos esforços no planeamento e aluguer de salas de aula modulares, sendo ainda referido que a DGEstE assegurará, a título excecional, o aluguer dessas salas modulares.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA



Mas, no início deste ano letivo, foi a Câmara Municipal de Lisboa que instalou contentores monobloco provisórios para substituir os laboratórios de Físico-Química encerrados por falta de segurança. Foi transmitido ao LIVRE que ainda está por concluir a ligação destes módulos às redes de água e esgoto, impedindo a sua utilização e obrigando alunos, docentes e pessoal não docente a trabalhar em condições manifestamente inadequadas, situação que se mantém à data do final do primeiro período.

A inação inicial e as dificuldades que vão surgindo para colmatar e solucionar provisoriamente a necessidade de salas de aula e laboratórios na escola em condições de segurança e dignidade às necessidades letivas compromete gravemente o direito à educação destes alunos.

**Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o LIVRE propõe à Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida a 29 de dezembro de 2025, que delibere:**

1. Apelar à Câmara Municipal de Lisboa que conclua, com urgência, as ligações técnicas e infraestruturais dos contentores monobloco já instalados, garantindo o seu uso pleno no início do segundo período do ano letivo de 2025/2026.
2. Apelar ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação e à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) para que promovam, com carácter de urgência, as diligências necessárias à instalação e entrada em funcionamento dos contentores monobloco destinados a substituir as salas de aula e laboratórios da Escola Básica 2/3 Professor Delfim Santos, solicitando à DGEstE informação atualizada sobre o ponto de situação deste processo.
3. Dar conhecimento da presente moção à Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia Municipal de Lisboa, à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação, à Direção do Agrupamento de Escolas das Laranjeiras e à Associação de Pais da Escola Básica 2/3 Professor Delfim Santos.

São Domingos de Benfica, 22 de dezembro de 2025

A eleita do LIVRE na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Ana Luísa Natário

Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

2

*Aprovada por unanimidade (18F)*



M 2/2

**Moção n.º 2/2025**

**Pela defesa do património público e da habitação a valores acessíveis à população de São Domingos de Benfica**

O Governo decidiu, por resolução do Conselho de Ministros, proceder à alienação de dezasseis imóveis pertencentes ao Estado e à ESTAMO – Participações Imobiliárias, S. A., a concretizar por hasta pública até ao final do primeiro trimestre de 2026<sup>1</sup>. Outra resolução cria um mecanismo de parcerias público-privadas, denominado “Parcerias para o Arrendamento Acessível”, destinado à concessão, por prazos alargados, de catorze imóveis públicos para projetos de arrendamento, a maioria localizada na Área Metropolitana de Lisboa<sup>2</sup>.

Posteriormente, o governo apresentou várias propostas de alteração legislativa no âmbito da habitação, entre as quais se inclui o programa de rendas moderadas, atualmente em apreciação na Assembleia da República<sup>3</sup>. Contudo este programa estabelece limites máximos de renda e venda de imóveis demasiado elevados, ficando longe de garantir rendas compatíveis com os rendimentos da maioria das famílias e podendo, inclusivamente, contribuir para a contínua subida dos valores praticados.

Estas medidas são apresentadas como resposta à crise da habitação, mas em vez de criar um parque público robusto com rendas acessíveis ao rendimento dos agregados, o Governo opta por uma estratégia de alienação de património público de utilização habitacional com elevado valor patrimonial e localização central, com o objetivo de gerar receitas extraordinárias orçamentais, apresentadas como financiamento indireto das políticas de habitação. O Relatório do Conselho das Finanças Públicas sobre o Orçamento do Estado para 2026<sup>4</sup> alerta que estas operações são tratadas como medidas pontuais e sem detalhe suficiente, o que levanta sérias

<sup>1</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 159/2025, de 23 de outubro I DR

<sup>2</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/2025, de 24 de outubro I DR

<sup>3</sup> Proposta de Lei 47/XVIII/1 - Autoriza o Governo a aprovar medidas de desagravamento fiscal para o fomento de oferta de habitação

<sup>4</sup> Análise da proposta de Orçamento do Estado para 2026, Relatório n.º 08/2025, Conselho das Finanças Públicas, 23 Outubro 2025



dúvidas quanto à previsibilidade e sustentabilidade orçamental e quanto ao impacto na capacidade do Estado em responder à crise da habitação.

Em Lisboa, esta estratégia traduz-se na colocação no mercado de vários edifícios antes ocupados por ministérios e serviços públicos, incluindo imóveis que poderiam ser mobilizados para habitação a valores acessíveis, residências universitárias ou equipamentos coletivos. Relembramos os vários imóveis da Segurança Social adquiridos pela Câmara Municipal de Lisboa e convertidos para 250 fogos de habitação de renda acessível e residências universitárias, concretizando um investimento relevante para aumentar o parque público de habitação da cidade<sup>5</sup>.

Na cerimónia de entrega de 152 fogos em regime de habitação acessível, ocorrida no dia 15 de dezembro de 2025, que contou com a presença do Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, e do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, foi noticiado a solicitação ao Governo da transferência para a autarquia de alguns edifícios, dando como exemplo o do Conselho de Ministros, para ser destinado a habitação pública, nomeadamente direcionado para os jovens.<sup>6</sup>

No caso concreto da freguesia de São Domingos de Benfica, a notícia torna claro que os terrenos integrados na Quinta da Alfaroqueira, em Lisboa, propriedade do Estado, integram a lista dos imóveis a concessionar em Parceria Público-Privada para projetos de arrendamento a preços moderados. Trata-se de uma zona com forte valor simbólico e estratégico, onde há muito se reclama uma intervenção pública que combine habitação a custos controlados, a valores acessíveis, espaços verdes e equipamentos coletivos ao serviço da população da freguesia.

A colocação destes terrenos que fizeram parte da Quinta da Alfaroqueira em concessão de longa duração, mantendo formalmente a propriedade no Estado mas entregando a promoção e exploração a privados, significa uma perda de controlo efetivo sobre o uso social daquele espaço e uma oportunidade perdida para criar verdadeiro parque público de arrendamento a

<sup>5</sup> Edifícios da Segurança Social reconvertidos para criar 250 casas de renda acessível. Público, 16 de julho de 2018

<sup>6</sup> Moedas quer usar imóveis que o Governo pretende vender em Lisboa para fazer mais habitação pública. Expresso, 15 de Dezembro de 2025



preços controlados e a valores acessíveis sob gestão do município. Persistem, além disso, dúvidas fundamentais sobre o nível das rendas, os critérios de acesso para famílias com rendimentos baixos e médios, a duração do regime e os mecanismos de transparência e participação da população da freguesia na definição do projeto, num contexto em que milhares de famílias enfrentam sérias dificuldades para aceder a uma habitação digna.

A conjugação entre a venda de imóveis públicos em Lisboa e a concessão de terrenos estratégicos, como os da Quinta da Alfarrobeira, reforça a necessidade de transparência total sobre os imóveis a integrar estes processos, os modelos de financiamento, as contrapartidas exigidas aos privados e os impactos no território da freguesia. Torna-se igualmente indispensável garantir que qualquer intervenção naquele espaço tenha como prioridade a satisfação das necessidades habitacionais e de equipamentos da população de São Domingos de Benfica, e não apenas contribuir para o Orçamento do Estado ou a valorização imobiliária.

Por estas razões, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica deve solicitar informação detalhada sobre os planos para os terrenos integrados na Quinta da Alfarrobeira, deve pronunciar-se de forma firme contra a concessão destes terrenos a uma Parceria Público-Privada, apelar à sua atribuição à Câmara Municipal de Lisboa para aumentar o parque público de habitação a custos controlados e a valores acessíveis na freguesia, defendendo que qualquer projeto ali desenvolvido respeite o interesse público local, garantindo habitação adequada aos rendimentos da população, espaços verdes e equipamentos comunitários para quem vive e trabalha na freguesia.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o LIVRE propõe à Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida a 29 de dezembro de 2025, que delibere:

- ✕ 1. Manifestar o seu desacordo com a política de alienação de imóveis públicos levada a cabo pelo Governo, solicitando a suspensão de quaisquer operações de venda ou concessão que envolvam património localizado em Lisboa e, em particular, na freguesia de São Domingos de Benfica. — Rejeitado (11C - 7F)
- ✓ 2. Solicitar ao Governo informação detalhada sobre os planos para os terrenos integrados na Quinta da Alfarrobeira localizados na freguesia de São Domingos de Benfica. — Aprovado Pl Unanidade (18F)



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA



- ✓ 3. Pronunciar contra a concessão dos terrenos integrados na Quinta da Alfarozeira a uma Parceria Público-Privada e apelar à negociação pela Câmara Municipal de Lisboa para a transferência da propriedade destes terrenos para a autarquia por forma a aumentar o parque público de habitação a custos controlados e a valores acessíveis ao rendimento da população da freguesia. — Rejeitado (11C - 7F)
- ✓ 4. Reafirmar a importância dos terrenos integrados na Quinta da Alfarozeira como de especial importância para a freguesia que importa requalificar, devendo qualquer projeto ali desenvolvido respeitar o interesse público local, garantindo habitação pública a custos controlados e a valores acessíveis, espaços verdes e equipamentos comunitários para quem vive e trabalha na freguesia. — Aprovado por unanimidade (18F)
- ✓ 5. Enviar a presente moção ao Primeiro-Ministro, ao Ministro das Infraestruturas e Habitação, ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia Municipal de Lisboa e às forças políticas representadas na Assembleia da República. Aprovado por maioria (1C - 17F)
- ✓ 6. Enviar a presente Moção às Associações de Moradores do Bairro das Furnas, Flor da Serra e Comissão de Moradores de São Domingos de Benfica, assim como às associações do direito à habitação, nomeadamente Rede H, Associação de Inquilinos Lisbonenses, Habita! - Associação pelo direito à habitação e à cidade, 1º Esquerdo, Porta a Porta, Stop Despejos, Movimento Morar em Lisboa, Movimento Referendo pela Habitação. — Aprovado por maioria (1C - 1A - 16F)

São Domingos de Benfica, 22 de dezembro de 2025

A eleita do LIVRE na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Ana Luísa Natário



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

4.



Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

A. 2/1

PROPOSTA

*Recomendação*

CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PARA A REVISÃO DO REGIMENTO DA  
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Considerando que, o Regimento da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica foi aprovado em 19 de Dezembro de 2023 e que este estabelece as regras de funcionamento desta Assembleia, em consonância com as competências que lhe são reconhecidas por Lei.

Considerando que, no seu artigo 80º a Assembleia de Freguesia pode deliberar a constituição de Comissões e Grupos de Trabalho.

Considerando ainda que, sem prejuízo da inclusão de alterações a outros artigos, se nos afigura oportuna e de interesse público a revisão do artigo 88º do regimento respeitante à "Difusão multimédia das sessões", nomeadamente por este impedir a manutenção em arquivo de acesso público, das gravações de imagem e som das reuniões da Assembleia de Freguesia.

Propomos, de acordo com o artigo 71º, que a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida a 29 de Dezembro de 2025, delibere:

1- A constituição de uma Comissão para a Revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

2- Que em Conferência de Líderes, seja acordado a metodologia, calendário e funcionamento da comissão.

Lisboa, 29 de Dezembro de 2025

A eleita do PCP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Helena Barros

Aprovada por unanimidade (18F)



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA



Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

**SOBRE AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2026 DA JUNTA  
DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA**

A análise das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica agora apresentados para o ano de 2026, revelam uma continuidade, um decalque muito acentuado de propostas e que nas grandes e pequenas opções já mostrou não servir a freguesia.

Consideramos que, o que vem nos documentos, não responde às necessidades urgentes de garantir o trabalho com direitos aos trabalhadores da Junta, pois perpetua a situação de precariedade para muitos trabalhadores, que vêem adiada a sua integração no quadro de pessoal.

O Orçamento tem dimensão suficiente (dinheiro!) para fazer mais e melhor, para fazer sair do marasmo em que vive a nossa freguesia, concretizando um projecto forte e coerente na cultura e no desporto, no apoio ao associativismo, na educação, na área social, no ambiente, em suma encontrando respostas, ao serviço do bem comum.

Preocupa-nos o destino do Mercado Municipal de São Domingos de Benfica omitido neste orçamento, assim como a falta de projectos para os espaços das antigas instalações da Junta de Freguesia nas Furnas e do Espaço João das Regras.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Preocupa-nos o ambiente e o espaço público, a falta de manutenção, a falta de segurança viária, a falta de um projecto de intervenção urbana que responda às necessidades actuais.

Preocupa-nos a falta de uma solução que desbloquee a construção do polidesportivo.

Preocupa-nos a falta de acção que possibilite a voltar a ter uma esquadra na freguesia que possibilite ter mais segurança e policiamento de proximidade.

Preocupa-nos a falta de estratégia para a integração das várias comunidades que coexistem na freguesia.

Preocupa-nos a falta de políticas que garantam a democratização da criação e fruição culturais.

Preocupa-nos a ausência de articulação eficaz entre os poderes autárquicos e as entidades públicas que gerem o espaço público.

Preocupa-nos a falta de uma estratégia de envolvimento da população na construção de um projecto participado para a freguesia.

São muitas as preocupações, poderia continuar... são igualmente muitas as faltas de resposta neste Orçamento e Grandes Opções do Plano... está assim plenamente justificada a nossa oposição e o nosso voto contra.

Lisboa, 29 de Dezembro de 2025

A eleita do PCP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Helena Barros



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA



### Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

No início de um novo ciclo de quatro anos de legislatura, o Bloco de Esquerda alimentava a expectativa de que as Opções do Plano e o Orçamento apresentados respondessem de forma séria e consequente às necessidades concretas da população e da freguesia de São Domingos de Benfica. Contudo, as opções políticas assumidas e o Orçamento agora proposto ficam aquém dessa responsabilidade, revelando uma desconexão preocupante face aos problemas reais vividos pelos fregueses e freguesas. Em vez de priorizar os reforços necessários, a coesão social e a melhoria efetiva da qualidade de vida, estes documentos perpetuam escolhas que não colocam as pessoas no centro da ação política local, falhando assim o compromisso com uma freguesia mais justa, solidária e inclusiva.

A orientação seguida por este Executivo continua a caracterizar-se por um insuficiente investimento em áreas essenciais à freguesia, mantendo situações de precariedade laboral entre as trabalhadoras e os trabalhadores da Junta de Freguesia, mantendo altos níveis de aquisição de serviços externos e avenças. Verifica-se igualmente a ausência de um reforço efetivo dos apoios sociais, apesar do contexto social adverso dos últimos anos, que tem afetado de forma particularmente gravosa o que se encontra em situação de maior vulnerabilidade. Estas opções comprometem a resposta às necessidades reais da população e fragilizam o papel do poder local na promoção da coesão social.

O documento apresentado reflete ainda uma abordagem profundamente preocupante para São Domingos de Benfica, marcada pela ausência de medidas concretas que respondam às dificuldades financeiras enfrentadas por muitas famílias da freguesia, falta visão estratégica, ambição política e proatividade na construção de respostas eficazes para combater as desigualdades sociais e económicas que se têm vindo a agravar. Não existe um plano estruturado que antecipe e responda às necessidades atuais e futuras da freguesia, assente numa perspectiva integrada de desenvolvimento local e de coesão social. Acresce, igualmente, a inexistência de explicações claras, transparentes e politicamente justificáveis para a definição das diversas rubricas orçamentais, o que fragiliza a credibilidade do documento e compromete a necessária prestação de contas perante a população.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA



**Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica**

Como tal, o Bloco de Esquerda só poderia votar contra.

Lisboa, 19 de dezembro de 2025

Eleita independente pelo Bloco de Esquerda

Assinado por: Ana Margarida Neto Gomes  
Num. de Identificação: B109835298  
Data: 30-12-2025 14:48:47 +00:00



CHAVE MÓVEL  
4 4 4 4



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA



### Declaração de voto

#### **Opções do Plano e proposta de Orçamento e Plano Orçamental Plurianual para o ano de 2026 (Proposta n.º 15/JFSDB/2025)**

O LIVRE manifesta a sua preocupação face às opções constantes do Plano e Orçamento para 2026 apresentados pelo executivo da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, considerando-os insuficientes perante os desafios sociais, climáticos e habitacionais que afetam a população da freguesia. A proposta apresentada revela lacunas significativas na resposta às necessidades estruturais e à melhoria efetiva da qualidade de vida dos fregueses.

No âmbito de direito de oposição, o LIVRE apresentou várias propostas e alertou para a necessidade de preparação para as oportunidades de investimento em habitação pública que decorrerão da mobilização de fundos europeus. Contudo, estas propostas não foram tidas em consideração pelo executivo.

As opções políticas deste executivo não oferecem soluções adequadas aos problemas da freguesia e da sua população. Este não é um orçamento transformador; é uma gestão reativa, sem visão, que falha em colocar os direitos humanos, o espaço público de qualidade, a habitação digna e a transição ecológica no centro da ação local.

Verifica-se a necessidade urgente de concluir os contratos de delegação de competências em atraso até ao final de 2026. Confirma-se a ausência de investimento estratégico e a manutenção de uma gestão assente na externalização de serviços, com 3,6 milhões de euros — quase metade da despesa total — destinados a bens e serviços, em vez do reforço dos meios próprios da Junta. Persiste uma precarização estrutural, especialmente na educação, ação social e espaços verdes, onde predominam vínculos precários em detrimento de equipas públicas estáveis.

No plano social, embora a proposta reconheça vulnerabilidades, não as enfrenta de modo estruturante. Apesar de algumas iniciativas positivas, o orçamento carece de estratégias integradas de apoio a famílias em risco de vulnerabilidade social e habitacional. O plano continua a omitir políticas concretas de combate à pobreza infantil, bem como de medidas de apoio às pessoas migrantes, às comunidades LGBTQIA+ e aos cidadãos que vivem na intersecção de múltiplas formas de precariedade. As respostas apresentadas mantêm um caráter assistencialista, sem um quadro integrado de justiça social que articule habitação, mobilidade e combate às desigualdades.

Na área da Higiene Urbana, o enfoque do executivo é um slogan, mantém-se excessivamente centrado na limpeza, descurando a prevenção, a redução de resíduos, a



compostagem comunitária e a sensibilização ambiental. Relativamente aos espaços verdes, observa-se a continuidade de concursos para manutenção e requalificação de jardins e parques infantis — muitos deles projetos em atraso do mandato anterior —, sem que se identifique uma visão ecológica clara que inclua renaturalização, biodiversidade urbana e adaptação climática.

Também no domínio do espaço público são notórias as lacunas: não se vislumbra uma estratégia consistente de requalificação urbana — designadamente na Estrada de Benfica e na Estrada da Luz — nem um plano que amplie áreas verdes, promova a naturalização das ruas, mitigue os efeitos das alterações climáticas e reponha equipamentos urbanos básicos como bebedouros e parques caninos. Faltam investimentos estruturantes, como a requalificação do Mercado, a criação de um centro polivalente ou de um pavilhão desportivo, bem como o reforço dos projetos das bibliotecas escolares e da biblioteca da freguesia para potenciar uma maior interação com a comunidade.

Mantêm-se insuficientes as medidas para a manutenção do estado de conservação das escolas da freguesia. Devem ser apoiados projetos artísticos e culturais desenvolvidos com jovens e pela comunidade escolar, bem como apoiar a dinamização realizada pelas associações locais. Apesar do Orçamento Participativo previsto para 2026, é manifesta a ausência de processos de cooperação e cocriação com moradores, jovens, coletivos e associações na definição de prioridades para a mobilidade suave, o espaço público, o comércio local e a defesa do direito à cidade.

O LIVRE propõe um caminho alternativo: um orçamento que coloque no centro da ação local as crises social, climática e habitacional, que invista no espaço público e na mobilidade sustentável, que reformule a Higiene Urbana segundo princípios de economia circular e que reforce a proteção social. Que substitua a precariedade por equipas públicas estáveis e promova a participação cidadã através de um Orçamento Participativo com caráter vinculativo.

Considerando a não integração das propostas apresentadas, bem como a ausência de visão estratégica e estrutural para a freguesia, em coerência com os princípios democráticos, com o nosso compromisso para com o direito à cidade e a transição justa, o LIVRE não pode acompanhar a proposta e, de forma responsável, vota contra a proposta das Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2026 apresentada pelo executivo PSD/CDS/IL.

A eleita do LIVRE na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica,

Ana Luísa Natário



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA



### **Declaração de Voto – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026**

#### **Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica**

O voto contra do Partido Socialista ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (GOP) para 2026, apresentados pelo Executivo da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, liderado pela coligação PSD/CDS/Iniciativa Liberal, resulta de uma avaliação política responsável, fundamentada e coerente com os interesses da freguesia e da sua população.

Reiteramos que o Orçamento e as GOP para 2026 continuam a não dar resposta aos problemas estruturais e às reais necessidades de São Domingos de Benfica. Estes documentos revelam falta de ambição, ausência de visão estratégica e incapacidade de definir prioridades claras para o desenvolvimento económico, social e territorial da freguesia.

O Partido Socialista apresentou atempadamente um conjunto alargado, consistente e responsável de propostas, alinhadas com os princípios do rigor, da transparência e da sustentabilidade, e centradas na melhoria efetiva da qualidade de vida dos fregueses. Infelizmente, nem sequer as propostas mais urgentes e consensuais foram acolhidas pelo Executivo, demonstrando uma total falta de abertura ao diálogo democrático e à construção de soluções partilhadas.

As opções políticas agora apresentadas são da inteira responsabilidade do Executivo em funções. No entanto, não podemos deixar de sublinhar que estes documentos evidenciam a inexistência de uma estratégia de desenvolvimento para São Domingos de Benfica, revelando um preocupante desnorte quanto à aplicação dos recursos públicos e à dinamização da freguesia.

Há recursos financeiros disponíveis, mas falta iniciativa, planeamento e uma visão clara sobre o futuro da freguesia. Se há vontade de deixar marca na história de São Domingos de Benfica, então que seja pelos melhores motivos: retirar a freguesia da estagnação e da sombra em que este Executivo a está, uma vez mais, a colocar.

Exige-se deste Executivo um reforço significativo das suas capacidades governativas, bem como uma atuação prudente, responsável e criteriosa no que respeita ao investimento de dinheiros públicos. Em particular, num contexto exigente como o atual, os investimentos devem ser estratégicos, sustentáveis e apresentar um elevado retorno social. Não pode haver lugar — e o Partido Socialista não pode tolerar — investimentos de fraco impacto para a população, sobretudo quando destinados a satisfazer pequenas clientelas, interesses particulares ou objetivos meramente propagandísticos e eleitorais.



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Os sinais que estes documentos transmitem são profundamente preocupantes. Persistem o desconhecimento da realidade da freguesia, a ausência de políticas públicas estruturantes e a incapacidade de responder aos desafios atuais e futuros de São Domingos de Benfica, deixando-nos seriamente apreensivos quanto ao futuro próximo da nossa comunidade.

Assim, face ao exposto, e não obstante o respeito institucional pelo órgão executivo, os Eleitos do Partido Socialista não podem acompanhar estas opções políticas e, por essa razão, votam contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2026.

São Domingos de Benfica, 29 de dezembro de 2025

Os Eleitos do PS na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Gonçalo Lopes | Mécia Mendonça | Carlos Marques | Ana Ramos | Vitor Firmo



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA



### Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

A solicitação da Autorização Genérica de Assunção Compromissos Plurianuais apresentado pelo Executivo visa em primeiro lugar, no esvaziar as competências de fiscalização da Assembleia. Ao recusar um "cheque em branco" ao Executivo, O Bloco de Esquerda exige que cada contrato de longo prazo seja apresentado de forma individual e detalhada, garantindo que o órgão deliberativo não abdique do seu papel de escrutínio sobre o destino dos dinheiros públicos e evite o esvaziamento das suas funções democráticas.

Em segundo lugar, a recusa protege a sustentabilidade financeira da freguesia, impedindo que o Executivo atual hipoteque orçamentos futuros sem uma justificação rigorosa. Um voto contra sinaliza que não se aceita a falta de transparência sobre os encargos plurianuais, forçando a Junta a demonstrar a necessidade e a necessidade de cada projeto, evitando assim o endividamento excessivo ou o condicionamento excessivo de mandatos posteriores.

Como tal, o Bloco de Esquerda só poderia votar contra.

Lisboa, 19 de dezembro de 2025

Eleita independente pelo Bloco de Esquerda

Assinado por: Ana Margarida Neto Gomes  
Num. de Identificação: B109835298  
Data: 30-12-2025 14:50:16 +00:00



CHAVE MÓVEL  
\*\*\*\*\*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA



### Declaração de voto

#### **Autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais (Proposta n.º 6/JFSDB/2025)**

Voto contra esta proposta porque, em nome de uma gestão verdadeiramente transparente, o Executivo não pode pedir a esta Assembleia uma autorização prévia genérica para assumir encargos não previstos nos planos ou programas plurianuais — para além da autorização já inscrita para os encargos existentes. Estamos a falar de um valor que pode ascender a quase 100 mil euros por ano, durante três anos — um montante significativo, com um alcance excessivamente vago e pouco definido.

Esta Assembleia tem o dever de fiscalizar a gestão financeira da Freguesia e de garantir transparência e rigor na utilização dos recursos públicos. Aceitar esta proposta seria, na prática, abdicar dessa função de fiscalização preventiva, concedendo uma autorização ampla para despesas indeterminadas, sem enquadramento orçamental claro nem justificativa concreta.

O que está em causa não é apenas uma questão técnica — é uma questão de princípio. A democracia local requer o acompanhamento da gestão, requer a prestação de contas e requer decisões baseadas em informação concreta. Por isso, em defesa da transparência e do papel fiscalizador desta Assembleia, o LIVRE vota contra esta proposta.

A eleita do LIVRE na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica,

Ana Luísa Natário



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA



### Declaração de voto

#### **Mapa de Pessoal dos serviços da Freguesia para o ano de 2026 (Proposta n.º 16/JFSDB/2025)**

O voto de abstenção do LIVRE fundamenta-se no entendimento de que a política de recursos humanos da freguesia deve assentar na celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado e na integração progressiva dos trabalhadores no quadro de pessoal, medida essencial para a valorização do trabalho público e para a salvaguarda da dignidade profissional dos trabalhadores.

Verifica-se, contudo, a persistência, em anos anteriores e no presente momento, da utilização de vínculos laborais precários, o recurso a empresas de trabalho temporário ou a adjudicação a empresas prestadoras de serviços em vez do recurso a profissionais da junta quando possível. Esta prática perpetua situações de instabilidade laboral incompatíveis com a natureza permanente das funções exercidas, bem como com o bom funcionamento dos serviços da freguesia.

Os elementos apresentados suscitam ainda dúvidas que não foram integralmente esclarecidas na reunião, nomeadamente quanto ao elevado número proposto de novas contratações, à caracterização dos vínculos atuais dos trabalhadores que garantem os serviços prestados e ao planeamento e prioridades definidas para a abertura de concursos públicos.

O LIVRE acompanhará com particular atenção o desenvolvimento dos procedimentos de contratação, de forma a garantir a sua conformidade com princípios de transparência, equidade e boa gestão pública. Importa avaliar se o ano de 2026 representará um avanço efetivo na concretização do objetivo de reforço de contratação, aumento do número de efetivos na junta e da estabilidade laboral dos trabalhadores, ou se irá limitar à manutenção da situação existente.

Reitera-se, por fim, que a estabilidade laboral que se pretende assegurar aos trabalhadores da Junta deve igualmente ser reconhecida a todos aqueles que, de forma continuada, garantem o funcionamento de serviços essenciais, designadamente no apoio e cuidado às crianças da freguesia, prevendo-se, para o efeito, a celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado, em vez do especificado tempo incerto.

A eleita do LIVRE na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica,

Ana Luísa Natário



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

## MANDATO 2025-2029

### MINUTA DA ATA

### SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2026

### DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

28 DE ABRIL DE 2026

#### ATA N.º 2

A **Ata n.º 2** relativa à Sessão Ordinária de dezembro de 2025 do Mandato 2025/2029, realizada a 29 de dezembro de 2025, foi **aprovada/rejeitada** por 18 (dezoito) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 0 (zero) abstenções.

Esta minuta foi ~~de seguida~~ posta à votação e **aprovada/rejeitada** por 18 (dezoito) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 0 (zero) abstenções.

Lisboa, 28 de abril de 2026.

O Presidente  
da Assembleia de Freguesia

Luís Vaz Ribeiro

A 1.ª Secretária  
Assembleia de Freguesia

Ana Monteiro

O 2.º Secretário  
da Assembleia de Freguesia

Manuel Muacho



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

| P.3 - Ata n.º 2, de 29/12/2025 | A Favor | Contra | Abstenções |
|--------------------------------|---------|--------|------------|
| BE                             | —       | —      | —          |
| CDS-PP                         | 2       | —      | —          |
| CH                             | 1       | —      | —          |
| IL                             | 2       | —      | —          |
| LIVRE                          | 1       | —      | —          |
| PCP                            | 1       | —      | —          |
| PS                             | 5       | —      | —          |
| PSD                            | 6       | —      | —          |